

ATA DA 414ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte dias do mês de março do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os/as Conselheiros/as: Bruno Ricardo Miragaia Souza, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Kathya Beja Romero, Pedro Antonio de Avellar, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausentes justificadamente os Conselheiros Alexandre Orsi Netto e Horácio Xavier Franco Neto. O Presidente iniciou a sessão às 09h 54min, comunicando que na última quinta-feira, havia sido publicado o Ato Normativo da Defensoria Pública Geral, que trata da aplicação de cotas para negros e indígenas no concurso de ingresso nas carreiras de Agente e Oficial da Defensoria Pública. Observou que, após a questão ser amplamente discutida no Conselho Superior, a deliberação que norteia o certame de Defensor Público não poderia incluir os Servidores, mas foi regulado por ato normativo. Comunicou que, nesta semana, o Supremo Tribunal Federal editou ato administrativo criando cotas para negros e indígenas nos concursos para servidores, conforme decisão proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186. Comunicou que, na última segunda-feira, havia realizado uma reunião entre a administração superior e os Coordenadores Regionais e Unidades, e prestou informações sobre o projeto de capacitação dos Coordenadores, de modo que houvesse a especialização das tarefas administrativas. Comunicou que, na última semana, o Coordenador da Divisão Apoio ao Atendimento do Preso Provisório (DAP), Defensor Público Douglas Ribeiro Basílio esteve em visitas às unidades de Santo André e São Bernardo do Campo, além de reuniões com Diretores dos CDP's. Informou que o Diretor do Centro de Detenção Provisória II de Guarulhos havia solicitado o prazo de dez dias para realizar as adequações solicitadas, devendo o Coordenador do DAP, averiguar após o prazo. Noticiou que, nesta semana, ocorreu a inauguração da Unidade de Limeira, e agradeceu o empenho da Terceira Subdefensoria Pública Geral, que organizou toda a estruturação do prédio, bem como a administração anterior, que iniciou o processo com a locação do imóvel. Após, passaram-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Horacio Xavier em razão de férias e o Conselheiro Alexandre Orsi em razão de licença médica. A seguir, passou-se ao momento aberto. O Presidente deu início ao momento aberto, franqueando a palavra ao Coordenador da Unidade de Osasco, Defensor Diego Valle Medeiros. Ele trouxe a demanda relativa a triagem inicial, e pediu que o tema fosse discutido de maneira mais responsável, de modo que as peculiaridades locais fossem atentamente contabilizada. Manifestou que a alteração na métrica de Defensores Públicos na triagem da Região Metropolitana, deve se pautar no diálogo e também na quantidade de Defensores Públicos para atuar na atividade. Considerou que o atendimento humanizado depende de investimentos em infraestrutura, planejamento e Recursos Humanos, e relatou que na Unidade de Osasco o número de atendimentos é elevado, citando que a quantidade de atendimentos diários dificulta o atendimento adequado. Observou que as mudanças sugeridas pela Administração Superior impossibilita a implementação, a partir de primeiro de abril, e pediu um tempo razoável para que a realidade de cada unidade fosse conhecida pela atual gestão. Por fim, argumentou que apenas sete Defensores para a atividade não é suficiente, sobretudo considerando os casos de férias ou outros afastamentos. Após, o Presidente franqueou a palavra à Coordenadora Auxiliar da Unidade de Osasco, Defensora Tatiana Semensato. Ela elogiou a iniciativa da administração em abrir o diálogo sobre o atendimento inicial. Mostrou preocupação com a construção da métrica, pois entende que não foram ouvidos os Defensores com relação à peculiaridade de cada unidade, além do impacto para os Defensores da área cível. Avaliou que não foram observados três aspectos, citando a licença prêmio, compensações e afastamento para cursos. Considerou que o modelo proposto intensificaria a diferenciação histórica entre os Defensores Públicos da Capital e da Região Metropolitana. Após, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Defensor Público Fernando Artacho da Unidade de Diadema. Ele louvou a iniciativa de permitir a padronização da triagem inicial, mas considerou que a quantidade

de sete Defensores Públicos por unidade geraria um ônus ao Defensor, pois na realização de duas ou três triagens por semana. Nesse sentido, considerou necessária a parametrização do número de triagens da Capital e Região Metropolitana. Após, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Defensor Giancarlo Vay da Unidade de Santo André. Relatou sobre o atendimento da triagem em sua Unidade, o qual enalteceu o comprometimento dos Defensores Públicos e Estagiários, mas ainda sendo necessárias as nomeações por não suportarem toda a demanda. Ponderou que, caso fosse possível, desonerar a triagem aos Defensores da infância, pois poderiam realizar outras atividades e aperfeiçoar as visitas aos adolescentes. Por fim, considerou que o problema deve ser analisado em longo prazo, e sugeriu que houvesse uma reestruturação na instituição, de modo que houvesse substitutos com formação em direito para prestar o atendimento. Após, o Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Ana Carolina Oliveira, Coordenadora Auxiliar da Unidade Mauá. Ela mostrou preocupação dois aspectos da proposta elaborada pela administração superior, e apontou que seriam o tempo e quantidade de atendimentos, pois o atendimento inicial ainda é muito dependente de estagiários, que constantemente se ausentam de suas atividades, bem como a proposta não considera as licenças, afastamentos e férias. Nesse sentido, pediu que fosse realizado um estudo em caráter responsável, mostrando ser importante superar os problemas existentes e diferentes de cada unidade. Após, o Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Defensora Pública Aline Couto Celestino da Unidade de Carapicuíba. Endossou a fala dos colegas, e relatou a dificuldade em sua unidade com relação aos estagiários de direito. Acrescentou que a estimativa de vinte minutos por atendimento é inviável, e defendeu o atendimento humanizado, levando em consideração a situação real da sua unidade, inviabilizando dispensar aqueles que aguardam o atendimento por horas na fila. Com relação ao agendamento do segundo atendimento, considerou que voltar em outro dia para ser atendido, como proposto, não será aceito com facilidade pelos usuários. Após, o Presidente franqueou a palavra a última inscrita, Érica Meireles, Representante da Associação dos Servidores. Ela prestou homenagem as antigas servidoras afastadas pela Procuradoria Geral do Estado, em razão do retorno das servidoras, diante do decreto do Governador do Estado. Prestou homenagem também à servidora Marisa Sayuri, em razão de sua exoneração publicada no Diário Oficial. Mostrou preocupação com relação ao modelo de atendimento em especial aos limites de atribuições dos Servidores. Observou a necessidade de reforço na distribuição de cargos destinados as unidades, e mostrou que a entidade de classe está disposta a iniciar um movimento pela criação de novos cargos. Por fim, defendeu a necessidade de pensar-se sobre a substituição de servidores, algo que ainda não está previsto. Por fim, pediu a nomeação dos servidores que aguardam em lista de espera, pelo motivo de que as unidades estão com déficit de servidores. A seguir, o Presidente prestou esclarecimentos com relação as demandas trazidas. Agradeceu a presença e o envolvimento dos Defensores na questão da triagem. Informou que a administração superior iniciará um ciclo de debates com as unidades e coordenadores na área criminal, em especial sobre a atuação nos CDP's. Considerou que o tema é espinhoso, mas visa buscar modelos profissionais e humanizados, levando em consideração a capacidade e a limitação de cada unidade. Informou que a sua gestão procura dialogar com as unidades e seus respectivos Coordenadores, e apontou que não pretende resolver o problema de todas as unidades, mas em conjunto com os gestores, busca avançar e encontrar um modelo de atuação efetivo para a atividade exercida. Pontuou que o prazo para início das atividades poderá ser revisto, de acordo com cada situação. Com relação às ponderações sobre as diferenças de atuação cível e criminal, considerou que a comparação nem sempre é cabível em função das características peculiares de cada área, e falou que as peculiaridades da Região Metropolitana também são consideradas, citando a estrutura das unidades e a realidade social. Com relação aos cargos de agentes com formação em direito, defendeu a ideia de criar os cargos, pois entende que há previsão para tanto na legislação, mas pontuou que a ação seria demorada, pois depende de articulação. Reforçou que a ideia do modelo proposto foi apresentar uma sugestão inicial, mas afirmou que a administração continua aberta para receber as sugestões. Por fim, mencionou que, mesmo que houvesse um planejamento ideal de um servidor com formação em direito e outro em administração por unidade destinada ao atendimento inicial, o Defensor Público deveria, sempre, continuar atendendo o público, sob pena de se afastar de sua missão constitucional. Em seguida, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para assuntos

diversos. O Conselheiro Luiz Eduardo pontuou sobre a deficiência estrutural desde o início da carreira, e ainda assim, após anos de luta, a instituição acaba por assumir novas atribuições, sobrecarregando o Defensor Público que está na ponta. Considerou inviável a nova atribuição à visita aos presos dos CDP's. Relatou que não tem mão de obra para fazer o que se pretende, e considerou que não há atendimento humanizado, diante das longas filas e a demora no atendimento. Avaliou que a mão de obra qualificada, ou seja, o Defensor Público está sendo utilizada para realizar atendimento ou gastando tempo com outras coisas que não contribuem para a atuação processual, sendo um equívoco estrutural. Apontou que a solução poderia ser a individualização do atendimento por unidade, pois a atual situação não permite a parametrização. Por fim, mencionou a necessidade de um diagnóstico estrutural de cada unidade, tal como já solicitado, visando ajudar a entender a peculiaridade de cada local. O Presidente informou que a Coordenadoria Geral de Administração busca coletar as informações sobre as estruturas prediais, conforme o pedido realizado. O Conselheiro Wagner Ribeiro concordou com a ponderação de todos que participaram do momento aberto, e parabenizou a Defensoria Geral na abertura do debate sobre o tema. Avaliou que profissionais qualificados e formados em direito melhoraria e muito a qualidade do atendimento, sob a supervisão e Coordenação de Defensores Públicos, e vislumbrou que haveria um avanço na instituição, de modo que não ficasse a mercê apenas de estagiários. A Conselheira Kathya Beja explanou sobre sua experiência na triagem, e considerou que não se deve ter um modelo fechado de atendimento, citando que sua experiência de atendimento mais humanizado aconteceu quando era realizado com dois Defensores Públicos por dia. Relatou que nas últimas visitas correcionais, os Defensores Públicos mostravam-se preocupados com relação ao atendimento inicial. Por fim, sugeriu que, caso se chegar à conclusão que o atendimento inicial seja realizado por dois defensores, o segundo defensor realizasse as iniciais, sendo da área cível/família. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira informou que, no próximo sábado, será realizada uma audiência pública promovida pela Ouvidoria, visando captar a opinião da sociedade civil sobre o atendimento prestado pela instituição, e considerou profícuo o debate, pois será possível perceber as peculiaridades de todas as partes envolvidas. Aproveitou o ensejo e comunicou que, na próxima terça-feira, haverá uma audiência pública no Congresso Nacional sobre a redução da maioria penal, e mostrou a importância da Defensoria Geral estar atenta e se posicionar sobre o assunto. Informou que, na última terça, esteve na reunião do Colégio de Ouvidores na cidade de Salvador, e relatou que foi eleito o Presidente do Colégio, tendo como seu principal objetivo incentivar a criação de Ouvidorias Externas nas Defensorias Públicas de outros estados, além de outras pautas já definidas. Por fim, saudou a implantação da Ouvidoria Externa na Defensoria Pública do Estado do Piauí, e apontou que há indicações favoráveis para que logo se tenha a implementação do mecanismo de participação da sociedade civil nas Defensorias do Espírito Santo e no Rio de Janeiro. A Representante da Apadep, Franciane Marques mostrou preocupação com a implementação do modelo de atendimento, a iniciar em abril, e relatou que esteve em reunião com Coordenadores, que se posicionaram pelo debate democrático e respeito às individualidades de cada unidade. Refletiu que o debate passa por uma reflexão sobre o modelo de Defensoria que se pretende construir, sendo necessário fazer escolhas e garantir que a população seja bem atendida, lembrando sempre das limitações da instituição. Indagou a respeito do andamento da solicitação da Apadep para que haja adequação das gratificações sobre o 13º salário. Mostrou a necessidade de o Conselho Superior debater a questão do projeto remuneratório. Comunicou que a entidade de classe trará uma reflexão sobre a Deliberação CSDP nº 286, que trata da gratificação de especial dificuldade. Por fim, informou que, na última segunda-feira, esteve em visita na Regional da Infância e Juventude para tratar da postura dos Defensores com relação a atuação combativa. Pediu que o Segundo Subdefensor realizasse uma reunião urgente para tratar das questões estruturais e sobre o planejamento de atuação para a Regional. Com relação a incidência das gratificações, o Presidente respondeu que a administração pretendia apresentar a resposta ainda nessa semana, mas diante de alguns contratempos, não foi possível terminar o estudo necessário no Departamento de Orçamento e Finanças. No entanto, afirmou que uma posição definitiva será tomada na próxima semana. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que a Coordenação Regional havia lhe comunicado sobre a designação dos novos juizes, prevista para acontecer a partir de abril, e afirmou que agendará uma reunião na próxima semana para tratar da

situação. Com relação ao atendimento inicial, apontou que, neste momento, a administração buscou se debruçar sobre as dificuldades históricas do atendimento inicial com ações rápidas. Nesse sentido, foi empreendido esforços para que houvesse um diálogo, desde outubro, com os Defensores nas unidades e abrindo a discussão na reunião com Coordenadores. Informou que as contribuições colhidas serão levadas em conta para aperfeiçoar o modelo. O Conselheiro Bruno Miragaia parabenizou a administração sobre a iniciativa de discussão sobre a temática, e os colegas que estão trazendo suas visões de cada unidade. Mostrou preocupação com o modelo de atendimento diferenciado entre as unidades, podendo impedir o desenvolvimento de uma política para todo o Estado, mas compartilhou seu desejo de que a administração esteja flexível para ouvir todos os aspectos trazidos. O Conselheiro Pedro Avellar relatou que recebeu um ofício com os formulários de mães presas. Elogiou a iniciativa, mas ponderou que os formulários datavam de outubro, solicitando mais agilidade no encaminhamento dessas informações, a fim de possibilitar a adoção de medidas eficazes. O Presidente refletiu sobre os aspectos apontados, e concordou com os apontamentos trazidos pelo Conselheiro Luiz Eduardo a respeito das questões estruturais a serem resolvidas, mas ressaltou que particularmente possui uma visão mais otimista sobre o futuro da instituição, bem como sobre os avanços conquistados nos últimos nove anos pelas gestões anteriores. Mencionou sobre a evidente posição de destaque que a instituição tem no cenário nacional, sendo um paradigma para outros estados. Avaliou a necessidade de avançar na questão, e compreende que alguma crítica são apenas resistência a novas atividades, assim como aconteceu com o início das visitas aos Centros de Detenção Provisórios, que hoje é motivo de reconhecimento junto a outras instituições. Assim, abordou que um dos objetivos da gestão é promover a profissionalização da instituição, devendo existir um mínimo de padronização na atuação. Contudo, argumentou que não se trata de ignorar as peculiaridades locais, mas de buscar um modelo institucional. Nesse sentido, solicitou que os Coordenadores enviassem as respostas aos formulários encaminhados, de modo que possam subsidiar os debates e identificassem novas possibilidades de aperfeiçoamento do modelo proposto. O Conselheiro Luiz Eduardo mostrou a necessidade de que a instituição se debruçasse sobre a epidemia de dengue no estado, visando preservar os assistidos, Defensores, Servidores e Estagiários. O Conselheiro Bruno Miragaia comunicou que havia sido distribuído ao Conselho Superior um pedido da Defensora Pública Marcia Regina Garutti, que pleiteia a anulação da Deliberação CSDP nº 307/14. Mostrou preocupação com o cronograma de votação com relação ao processo de relatoria do Conselheiro Luiz Eduardo ao processo CSDP nº 463/15, a fim de apreciarem a matéria antes do início do próximo certame, visando garantir segurança jurídica no concurso. O Conselheiro Luiz Eduardo informou que o tema é bem extenso, mas externou que tende a se manifestar pela manutenção da deliberação, no entanto, afirmou que precisa analisar com cautela o pedido, a fim de verificar se não há elemento novo a ser considerado. Apontou que, até o momento, deu preferência ao certame de promoção, e caso o Colegiado aponte essa prioridade, poderá se debruçar na sequência. O Conselheiro Rafael Bessa indagou sobre o cronograma de contratação da empresa e da indicação da Banca Examinadora. O Presidente informou que a empresa especializada para aplicação da prova e do edital está em fase de contratação, e analisará a possibilidade de indicar a Banca Examinadora, antes de contratar a empresa especializada. Por fim, mostrou a necessidade de inverter a ordem do dia para tratar da questão, visando definir o quanto antes do início do VII Concurso. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou para discussão as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 499/15 (Excetuado em pauta). Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "I Seminário Nacional de Direito à Moradia", a ser realizado nos dias 26 e 27 de março de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, nos termos pleiteados pela Edepe. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Ligia Mafei Guidi, Alberto Zorigian Gonçalves de Souza, Marina Costa Craveiro Peixoto, Nayara Rocha Rincon e Mariana Silva Galo. CSDP nº 500/15 (Excetuado em pauta). Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "XIV Fórum Brasil de Direito", a ser realizado nos dias 27 e 28 de março de 2015. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o

afastamento, nos termos pleiteados pela Edepe. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Gislaine Calixto dos Santos, Thalita Verônica Gonçalves e Silva, Lucia Thomé Reinert, Guilherme Feccini Ganoa, Luis Cesar Rossi Francisco e Renata Simões Stabile Bucceroni. CSDP nº 498/15 (Excetuado em pauta). Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "Curso de Defensores Públicos com atuação na Infância e Juventude", a ser realizado no dia 27 de março de 2015. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, nos termos pleiteado, exceto com relação ao Defensor Giancarlo Silkunas, em razão de equívoco da juntada pela Edepe, bem como o indeferimento de alguns Defensores e Servidores que deixaram de juntar documentações. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, não conhecer o pedido formulado pela Edepe relativo ao Defensor Público Giancarlos Silkunas Vay, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Adriana Goulart Penteado Issa, Aline Rodrigues Penha, Ana Carolina Oliveira Golvim Schuwan, André Vicentini Gazal, Luciano Castrequini Bufulin, Máira Ferreira Tasso, Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro, Octavio Augustus Cordeiro, Pedro Cavenaghi Neto, Peter Gabriel Molinari Scheikert, Rafaela Soares Mourão Souza, Renata Scandiuzzi da Silveira, Samanta Romano Tresinari Granjeiro, Thiago Santos de Souza, e deferir o afastamento dos seguintes Servidores/as Públicos/as: Adriana Cristina Guimarães, Adriana de Souza, Alana Chrispan, Aline Mazutti, Ana Carolina Ramos, Carolina Gomes Duarte, Cristiane Maria de Lima, Cristina Pereira de Oliveira, Daniela Barbom Sorpilli, Geane Eleoterio Candeia Silva, Janaina Rizzo Labadessa, Mariana Portugal Bonaldo, Maurilene Zilda de Souza, Micheli Fabiana Salina, Paola Ribeiro Dottori da Silva, Paulo Roberto Silveira Bueno Filho, Sônia Maria Bovo Soares, Talita Tinello Mendonça e Vanessa Martins Ramos Celeguini. Deliberou ainda, nos termos do enunciado CSDP nº 04, indeferir o afastamento dos seguintes interessados/as: Laura Barbosa Ravagnani, Marcel Benetti Boer, Helena Lahtermaher Oliveira, Gustavo Siqueira Marques, João Paulo Bonatelli, Luciana Arbeli Bernardes e Raquel Hosana de Souza. CSDP nº 489/15. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Workshop Internacional de Acesso à Justiça", a ser realizado nos dias 25 a 27 de março de 2015. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselheiro Luiz Eduardo leu o voto do relator e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento nos moldes pleiteados. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Anderson Almeida da Silva, Paula Sant'Anna Machado de Souza, Rafael Rocha Paiva Cruz e Monica de Toledo Thomazella. Consigna-se que o Conselheiro Wagner Ribeiro solicitou a inserção do processo CSDP nº 487/15, em razão da celeridade das impugnações aos concursos de promoção. Inicialmente o Conselheiro Wagner Ribeiro leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o recurso do interessado, e justificou que o pedido formulado foi realizado fora do prazo regimental, pois a lista de antiguidade utilizada havia sido realizado em 03 de dezembro de 2014, sem que houvesse a impugnação por parte de qualquer outro Defensor Público. Chegou-se a deliberar pela negativa de provimento ao recurso do interessado, mas após indagação da Representante da Apadep, Franciane Marques sobre a necessidade de publicização dos autos para que os interessados possam comparecer e defender seu pedido, o Colegiado entendeu pertinente suspender o julgamento. O Presidente determinou a retirada do extrato de ata dos autos CSDP nº 485/15, CSDP nº 486/15 e CSDP nº 487/15. Consigna-se que às 12h54min a Corregedoria Geral foi assumida pela Corregedora Assistente Carolina Gagliato. A Representante da Apadep, Franciane Marques pediu a inversão da pauta para julgamento do processo CSDP nº 461/15, mas diante da ausência da relatora, o pedido foi prorrogado para a próxima sessão. O Conselheiro Bruno Napolitano pediu a inversão da pauta ao processo CSDP nº 314/14, mas restou prejudicado, em razão do pedido de prorrogação para a próxima sessão pelo Ouvidor Geral. Assim, o Presidente deu continuidade a ordem do dia, chamando para deliberação os autos CSDP nº 180/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o relatório apresentado. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto

do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. CGDP CAEP nº 097/13. Interessada: Roberta Alves Pachota Chaves da Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o 2º e o 3º relatório semestral de atividade da interessada. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e o 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 112/13. Interessada: Mariana Silva Galo Bertolami. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o 2º e o 3º relatório semestral de atividade da interessada. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e o 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h20min, prorrogando-se os demais processos da ordem do dia. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação

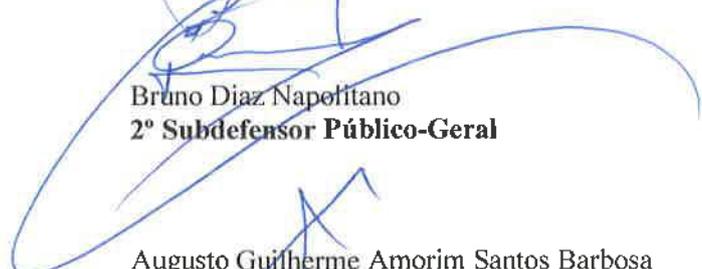
institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimososa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 370/14. Interessada: Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 376/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (008/15). Alexandre Orsi Netto. (021/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (046/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (061/15). Otoniel Katumi Kinuti. (070/15). Leandro de Castro Silva. (074/15). Valeria Silva do Nascimento. (097/15). Gislaíne Calixto. (108/15). Patricia Biagini Lopes. (118/15). Carlos Henrique Aciron Loureiro. (127/15). Marco Andre de Freitas. (139/15). Daniela Sollberger. (144/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (146/15). Denise de Souza Silva

Caetano de Mello. (148/15). Samir Nicolau Nassralla. (154/15). Flavio Americo Frasseto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 060/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 177/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (193/15). Eduardo Jacomo Teixeira. (194/15). Danielle Cristina Uemura. (195/15). Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles. (199/15). Karina Santos Salvador. (200/15). Guilherme Augusto Campos Bedin. (204/15). Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. (205/15). Alex Gomes Seixas. (208/15). Luiz Fernando Baby Miranda. (211/15). Cristina Emy Yokaichiya. (220/15). Douglas Ribeiro Basilio. (254/15). Alline Delbem. (264/15). Felipe Capra da Cunha Lopes. (272/15). Tatiana Aparecida Bordão da Silva. (276/15). Maira Canguçu Marfinati. (277/15). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo. (278/15). Fernando Artacho Carvalho Martins. (280/15). Danilo Martins Ortega. (283/15). Mariana de Souza Lima Lauand. (284/15). Aline Rodrigues Penha. (287/15). Tamara de Padua Capuano. (288/15). Marina Neves de Campos Mello. (289/15). Carla Pinheiro Martins. (290/15). Rafael Gandara D'Amico. (291/15). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes. (298/15). Lucia Thome Reinert. (299/15). Carolina Dalla Valle Bedicks. (303/15). Paulo Arthur Araujo de Lima. (304/15). Bernardo Faeda e Silva. (305/15). Milena Jackeline Reis. (306/15). Guilherme Diniz Barbosa. (307/15). Danilo Caetano Silvestre Torres. (308/15). Luciana de Oliveira Marçaioli. (309/15). Larissa Grimm Bakri. (310/15). Alexandra Pinheiro de Castro. (311/15). Fernanda Cukier dos Santos. (312/15). Glauco Mazetto Tavares Moreira. (313/15). Isabela Veloso Monreal. (314/15). Isadora Brandao Araujo da Silva. (325/15). Vivian Mantic Correia. (326/15). Vinicius da Paz Leite. (328/15). Andrew Toshio Hayama. (329/15). Luciana Pinheiro da Fonseca Ferraz. (330/15). Ana Braga Nobre Correia. (331/15). Deise Gomes da Cunha Tureta. (333/15). Renata Okano Gimenes. (336/15). Tatiana Mendes Soares Bachega. (337/15). Adriano Lino Mendonça. (338/15). Luciano Dal Sasso Masson. (344/15). Simone Lavelle Godoy de Oliveira. (349/15). Ilka Saito Millan. (350/15). Maria Clara Paletta Lomar. (355/15). Helena Lacerda Rodrigues Lage. (372/15). Maria Teresa Bastia Vichi. (373/15). Lilian Rodrigues Mano. (374/15). Rafael Soares da Silva Vieira. (385/15). Angelo de Camargo Dalben. (386/15). Julio Cesar Vales. (387/15). Nelise Christino de Castro Santos. (391/15). Octavio Augustus Cordeiro. (412/15). Thiago de Luna Cury. (422/15). Daniel Mobley Grillo. (465/15). Jordana de Matos Nunes Rolim. (480/15). Fabricio Feres Furlan. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infancia e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 461/15. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da lei Complementar 988/06, que dispõe sobre o vencimento mensal dos membros da Defensoria Pública e dá outras

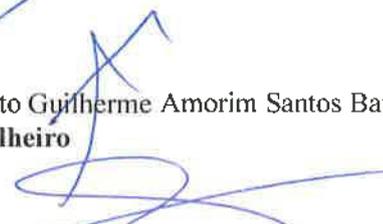
providências. Relator: Conselheiro Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/15. Interessado: Marcia Regina Garutti. Assunto: Pedido de suspensão da Deliberação CSDP nº 307/14 (que altera a Deliberação CSDP nº 10/06, que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 484/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte dias do mês de março do ano de 2015.



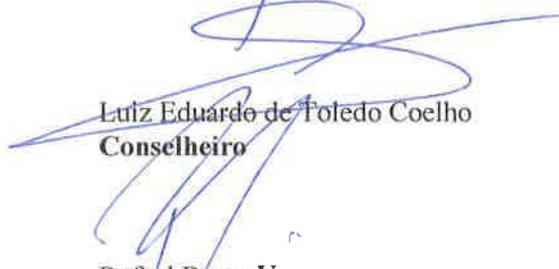
Rafael Valle Vernaschi
Presidente



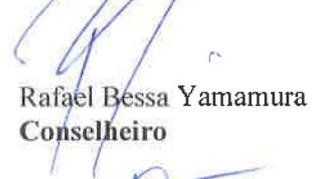
Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral



Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



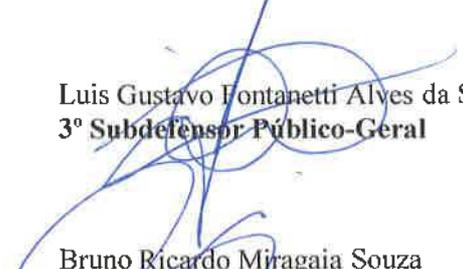
Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



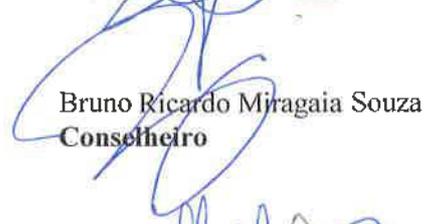
Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral



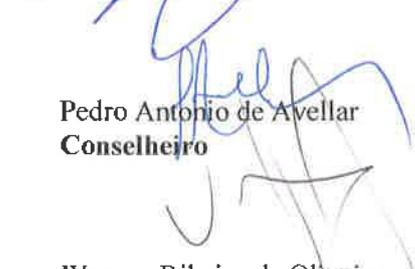
Kathy Beja Romero
Corregedora-Geral



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral



Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Franciane de Fátima Marques
Representante da Apadep